

O PROBLEMA BIBLIOTECONÓMICO PORTUGUÊS
E O PANORAMA ACTUAL DAS BIBLIOTECAS DE ÁFRICA

Em 11-XI-1965, o Director Geral da Unesco, René Maheu, pronunciou um discurso nas Nações Unidas acerca da luta contra o analfabetismo que seria levada a efeito por meio de campanha mundial de colaboração com os esforços de cada país e poderia ir até à cooperação e assistência internacionais, quer financeiramente, quer por outro qualquer meio possível.

A ideia base deste discurso teria como ponto de partida uma resolução tomada em 1957 pela Unesco e que a Assembleia Geral da mesma, em 1963, sancionou; o seu fim visava à elevação do nível social do homem.

Em 1965, em Julho, da Conferência Internacional da Instrução Pública, realizada em Genebra, saía a resolução de recomendar a todos os Ministérios de Instrução Pública do mundo a educação e a instrução de todos os adultos.

E em Setembro de 1965, no Irão, num Congresso Mundial de Ministros da Educação, concluiu-se pela necessidade premente da eliminação do analfabetismo, votando-se por uma campanha de alcance universal.

A Unesco convocou então, a seguir, reuniões de altos-funcionários dos Ministérios da Instrução Pública, dos chamados países sub-desenvolvidos da Ásia e da África, alertando, com estas assembleias, a atenção para o problema importantíssimo da luta contra o analfabetismo, e começou a preparar aquilo que designou por «la campagne mondiale d'alphabétisation», o que eu traduzo por «Campanha mundial de instrução», decidindo levá-la a cabo num plano quinquenal de 1966 a 1970.

Esta ideia teve o melhor acolhimento por parte dos chamados países-novos da África e da Ásia e, sabe-se que, há dois anos, quarenta e tal destes países já tinham pedido para ser incluídos no número dos beneficiados por este projecto.

*

Irei apenas relatar-vos algumas notícias respeitantes aos países africanos de que tenho conhecimento, e acentuo a importância enorme que estes factos têm para o Portugal de Além Mar, pois não é admissível ficarmos indiferentes ao que se processa nas terras vizinhas das nossas, cujo despertar para a civilização está na razão inversa do tempo em que estiveram

adormecidos e ignorantes da cultura e da ciência modernas. Quero eu dizer que o ímpeto deste desejo de aprender e saber é tanto mais intenso quanto é mais tardia a compreensão do seu alcance.

Entusiasmados, atingindo a consciência do valor de saber ler, aceitando a mãos ambas a ajuda e o impulso posto em andamento pela Unesco, a Argélia (independente em 1962), o Mali, a Tunísia, o Tanganica (1961), a República Árabe Unida, a Mauritânia, a Costa do Marfim, a Tanzânia, a República da Guiné, o Congo de Brazzaville, etc. acorreram a aceitar o projecto.

É que o desaparecimento do analfabetismo de uma região tem repercussão mais do que nacional, ecoa mundialmente e valoriza a sociedade, o lar e o indivíduo, conferindo à Pátria o mais elevado grau no convívio da Humanidade inteira.

As Nações Unidas contribuíram magnânimamente para a realização da proposta da Unesco e a República Argelina e o Mali foram, na África do Norte e do Oeste, dos primeiros países a receber auxílio financeiro internacional.

A campanha é levada a efeito não só com dinheiro (chegou a fundar-se um crédito internacional num Banco especial) como pelo envio de técnicos e de equipamento: livros, discos, televisores, etc. que se incluem no âmbito dos meios audio-visuais de ensino.

Mas esta campanha não se limita ao ensino da leitura. Vai mais longe: concede bolsas de estudo, ensina processos da moderna técnica mecânica e científica e os novos modos usados na cultura agrária; e também ensina regras cívicas essenciais a qualquer civilização. É um ensino simultaneamente cívico e intelectual, técnico e moral. É um auxílio de compreensão, de desejo de ajudar, de vontade de servir e de se conseguir um melhor nível social e económico por meio do adestramento e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, por meio da cultura intelectual e cívica, tentando obter uma sociedade melhor sob todos os pontos de vista.

O homem da fábrica ou o do campo, o operário, o agricultor ou o industrial recebem ao mesmo tempo instrução e educação.

E então tratou-se, nestes países a que me venho referindo, de prover às necessidades inerentes à execução de tal campanha.

E começaram a surgir planos para toda a variedade das iniciativas que se apresentavam. A uns países interessava-lhes programas para a assistência técnica requerida para qualquer produção científica (é o caso da República Árabe Unida, RAU, que tinha o seu programa elaborado pela Unesco em Março de 1965 quanto à produção de jornais científicos e de outra documentação impressa).

Era a Tanzânia (que como é sabido resultou da união do Zanzibar com a região do Tanganica) a ter o seu projecto-piloto de medidas contra o analfabetismo em Junho de 1966, resultante da reunião em Milão da PNUD (sigla que, desdobrada, quer dizer: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) programa, claro está, derivado do programa geral experimental proposto pela Unesco, de que falei no começo deste artigo.

Eram os ministérios interessados em elevar o nível de vida e a cultura do seu país e em pôr-se ao par dos países ocidentais recorrendo à Unesco, pedindo-lhe participação nesta campanha; e os programas começaram a aumentar de número, num crescendo de entusiasmo e de boa-vontade.

Claro que, sendo as bibliotecas e arquivos os melhores repositórios de material de consulta e de meios de instrução, não poderiam elas deixar de entrar no conjunto desta engrenagem, necessária à educação e instrução do povo, e que é precisamente altura agora de observar, neste campo, o que está a decorrer lá fora.

Arquivos e bibliotecas de carácter nacional, ou simplesmente público, formaram-se ou organizaram-se pela primeira vez em moldes modernos. Legislaram-se orgânicas onde tudo era primitivo ou quase. Nalguns pontos construíram-se edifícios novos; abriram-se ao público repositórios de documentos fechados como armazém de retém; criaram-se medidas tendentes ao melhor aproveitamento dos núcleos arrecadados; procurou-se juntar o que, disperso, dificultava a utilização rápida e eficiente; para os locais menos providos de meios técnicos foram trabalhar pessoas de outras nacionalidades, técnicos de bibliotecas e arquivos, ensinando, convencendo e fazendo prova cabal das suas capacidades de execução e de saber.

E agora já não é só a Unesco a iniciar a luta contra o analfabetismo; já não é só a África ou a Ásia a beneficiarem desta programação; são outros países da Europa, sim, são europeus a defenderem a sua língua, a sua cultura, o seu património intelectual; é o produto do esforço de séculos que cada Nação orientadora defende, continuando a auxiliar e a ensinar os variadíssimos povos africanos que anteriormente faziam parte da mesma comunidade nacional e, agora, obtiveram autonomia política. E assim foi que os grandes países europeus cuidaram de salvaguardar aquilo que de melhor a Europa tinha dado e transmitido a esses novos países independentes africanos: a civilização ocidental e cristã que lá chegara quase sempre através da actuação de diversas missões religiosas.

Se se tratar da França, é ela que propõe a criação dum «Centro regional de formação de bibliotecários para os países francófonos de África» (em 1961-62).

É a *Argélia* (independente desde Julho de 1962) a apresentar um relatório e a propor a organização dos arquivos públicos (Julho de 1964), o que se concretizou pela Lei Arquivística Argelina, promulgada pelo seu Presidente da República.

É o *Tanganica* (de 1963 a 64) também a apresentar-nos, por intermédio da especialista técnica americana Dr.^a Marcia Wright, enviada da Unesco, um relatório do estado dos seus arquivos nacionais, propondo um plano de sete anos (1964-70) para desenvolvimento das condições de bom funcionamento e aproveitamento dos mesmos.

É a *Tunísia* que também apresenta outro relatório, por intermédio do especialista G. Chandler (Agosto de 1964), do estado das suas bibliotecas e do modo como se lhe afigura viável a remodelação desejada em sucessivos planos de três a quatro anos. Junta mesmo a esse relatório-projecto a lista bibliográfica das obras necessárias para os cursos de formação de bibliotecários. (E aqui quero abrir um parêntesis quanto à preparação destes bibliotecários

para a África, preparação que, *tomemos nota*, exige além dos estudos pertinentes à especialização biblioteconómica, conhecimentos de Economia, de Política, de Antropologia, de Pedagogia, de Sociologia, etc., etc.)

É a *Mauritânia* que organiza a Biblioteca Nacional (entre 1964-65) e apresenta, por intermédio do enviado da Unesco, o sueco (suponho) Adam Heymowski, um relatório. E em 1965, saía uma lei modificando a lei anterior, por antiquada.

A *Costa do Marfim* solicitava em 1962 a instalação, no seu território, de uma biblioteca-piloto; e em 1966, a S.^a S. Delrieu, igualmente perita, enviada pela Unesco, dava-nos o relatório do que se estava a passar sob este ponto.

Em 13-IX-1957 foi criada a Associação para o Desenvolvimento das Bibliotecas Públicas da África (ADEPA) que depois se transformou na Associação Internacional para o Desenvolvimento das Bibliotecas da África (AIDBA), a qual, para cada Estado Africano, trataria de criar três categorias de Bibliotecas:

- 1) — Uma Biblioteca Nacional;
- 2) — Bibliotecas públicas e bibliotecas escolares;
- 3) — Bibliotecas de carácter universitário.

As primeiras (como a designação de *nacional* o indica) terão por fim *conservar e transmitir*, à sociedade actual e à vindoura, todas as publicações impressas do país.

As segundas, públicas e escolares, destinam-se à difusão da cultura pelas diversas camadas sociais, auxiliando a instrução do povo.

As terceiras são ao nível dos laboratórios, institutos, faculdades e universidades.

Em 1961 havia três países incluídos neste propósito: a República do Senegal, onde existia (em S. Luís) a sede da Associação, a República do Togo e a Mauritânia (1).

Em 1960, o Dr. P. H. Sewell, outro perito da Unesco em matéria de bibliotecas, esteve na nova República do Sudão a observar o nível de vida e a viabilidade da expansão e incremento das bibliotecas, tendo apresentado igualmente um relatório publicado em 1961 (2) em que assinala os obstáculos maiores a este «desideratum» derivados do atraso geral biblioteconómico deste país. No referido relatório sugerem-se medidas que vão da criação de bibliotecas rurais à cooperação e coordenação de todas as bibliotecas do país (cooperação e coordenação que ele considera tão necessária nos países novos como naqueles de civilização mais adiantada). Esta cooperação exercer-se-ia por meio de catálogos colectivos e por meio de serviços de empréstimo. No relatório em referência afirma-se a necessidade de cursos breves de catalogação e de informação, porque não acha produtivo e desejável começar-se pela criação de cursos ao nível universitário onde ainda não há instrução universitária em alto grau.

Seria de grande utilidade (nestes países sub-desenvolvidos) que houvesse uma organização central que coordenasse e orientasse outros serviços biblioteconómicos menores; que

(1) «Bull. Unesco Bibl.», Paris, 15 (1), Jan.-Fev. 1961, p. 49.

(2) «Bull. Unesco Bibl.», 15 (2), Paris, Fev.-Mar. 1961, p. 93-97 e 191.

houvesse como que uma biblioteca de carácter nacional central a dirigir outras bibliotecas menores, quer técnicas, quer escolares, municipais ou mesmo rurais.

Note-se desde já que o perito da Unesco deu aqui a preferência à centralização da administração geral das bibliotecas oficiais e, pela observação das várias medidas que vão propondo os vários peritos que se têm deslocado a estes países, poderemos tirar lição e conclusões aplicáveis ao nosso país

Mas... não antecipemos...

Recordemos que, nesta altura em que estamos (1961), a Unesco interessava-se pelo serviço biblioteconómico dos seguintes países africanos: Camarão, República Central Africana, os dois Congos ou sejam a República Democrática do Congo de Leopoldville, e o Congo de Brazzaville (cidade que actualmente se chama Lubumbashi), a Costa do Marfim, o Daomé, o Gabão, a Gâmbia, o Gana, a República da Guiné, o Alto-Volta, o Quénia, Madagáscar, o Mali, a Mauritânia, o Níger, a República da Nigéria, o Uganda, Pemba, a Federação da Rodésia e Niassalândia, o Senegal, a Serra Leoa, a Somália, o Tanganica, o Chade, o Togo e Zanzibar, isto é, interessava-se pelos países onde se fala francês ou inglês.

E então a Unesco criou, primeiramente na Nigéria em Ibadan (1959) e depois em Dakar, no Senegal, aquilo a que chamou *escolas regionais de bibliotecários*, nas quais, num período que variava entre um ano e ano e meio, um técnico bibliotecário, enviado da Europa ou da América, iria organizar, gerir e ensinar em métodos modernos, como tornar funcional uma biblioteca, procurando despertar nos naturais desses países interesse crescente, interesse esse que pudesse auxiliar no máximo a evolução intelectual e social do próprio meio.

Foram convidados os novos Estados Africanos a enviar alunos àquelas escolas os quais terminariam os seus cursos por meio de um estágio de seis meses. E as escolas regionais de bibliotecários (portanto escolas secundárias e não universitárias), regidas por peritos bibliotecários, foram aumentando de número, na África de origem francesa.

Por parte dos territórios africanos de língua inglesa o caso passou-se semelhantemente, mas aqui foi o British Council que teve importância de relevo. E os progressos foram, porventura, mais rápidos — a partir de 1950 — tendo culminado com a fundação da West African Library Association.

Lembre-mos que o sistema de bibliotecas provinciais (digamos assim) dependentes de uma biblioteca nacional central, é, e foi sempre, o sistema preferido e adoptado pelos ingleses.

Além destes cursos regionais africanos, a criação de colégios universitários como os de Ibadan na Nigéria (1962) e de Acra no Gana, antiga Costa do Ouro (em 1961), o Makerere College do Uganda em Kampala, o Royal College do Quénia, a Universidade de Kartum no Sudão, assim como o auxílio dado pela Fundação Ford novaiorquina à Rodésia do Norte e pela Fundação Rockefeller à Uganda — e deixo de mencionar outras variadas circunstâncias importantes também — muito vieram ajudar ao incremento progressivo das bibliotecas na África.

Mas não se pense que estes auxílios, digamos assim, se estenderam sòmente ao sistema de funcionamento, ao número e escolha dos livros, ou às necessidades maiores ou menores do meio local. Para cada país pensou-se também no edifício a albergar a biblioteca; e assim surgiram a ampliação da Biblioteca Pública de Pretória na África do Sul, as novas Bibliotecas Nacionais da Rodésia do Sul em 1962, e a da Rodésia do Norte em 1961, a Biblioteca Pública de Bulawayo também na Rodésia do Sul, e outras mais que omito para não me alongar demasiado. A Biblioteca Padmore do Gana está especializada em assuntos africanos.

O chamado Programa Ranfurly, inglês, tem por finalidade enviar livros para a África. Mas há outros programas, como por exemplo o americano «Programma Darien», e em Abril de 1962 surgiu a SCOLMA (The Standing Conference on Library Materials on Africa), com séde em Londres, para estudar não só o que deveria seguir para África em livros como os meios de os proteger e preservar.

E então, naturalmente, como tudo o que sucede em consequência de premissas anteriores, foi-se aperfeiçoando a tentativa inicial de apoio, colaboração e incentivo criador de interesse pela leitura e pelo livro; e a bibliografia e a documentação passaram a existir *concretamente* em ficheiros, catálogos, bibliotecas, arquivos, centros de investigação de toda a ordem, etc. etc..

A partir de 1953 já se ouvira falar no Instituto Francês da África Negra (IFAN) que preparava arquivistas africanos, por vezes, estagiando em Paris e aí terminando os seus cursos. Foram estes arquivistas que, por sua vez, prepararam e organizaram certos núcleos históricos respeitantes aos seus países. Nos E. U. A. paralelamente surgiu o Library Committee of the African Studies Association.

As bibliotecas universitárias e os arquivos históricos africanos, dotados de métodos biblioteconómicos modernos, de funcionários adestrados, tornam-se, por este meio, em centros importantes de investigação e de cultura da África, tal como na Europa ou em qualquer outra parte do mundo onde houver boas bibliotecas e bem organizados arquivos. Serão aquelas e estes os melhores locais de estudo e investigação literária, científica e artística.

★

Se agora — após esta rapidíssima passagem pelo panorama biblioteconómico estrangeiro de África — passarmos ao *nosso* panorama biblioteconómico-arquivístico, podemos ter a satisfação de lembrar que não estamos *em branco* perante tais progressos obtidos pela Unesco, pela França, pela Inglaterra e pelos Estados Unidos.

Recordamos o grupo de colegas que em 1966 levaram a Angola o seu saber e com tanto êxito se desempenharam da missão de embaixadores portugueses das Bibliotecas e Arquivos da Metrópole (refiro-me ao Curso de Técnica Bibliográfica dado em Luanda).

Lembramo-nos também (estamos certos que para surpresa de muitos portugueses) de que no nosso Ultramar Africano não somos tão pobres de recursos biblioteconómicos como alguns poderão supôr. Pois contamos com as seguintes bibliotecas e arquivos:

ALGUMAS BIBLIOTECAS DA ÁFRICA PORTUGUESA:

EM ANGOLA:

- ARQUIVO HISTÓRICO DE ANGOLA, junto do Museu de Angola, em Luanda
- BIBLIOTECA CENTRAL DE EDUCAÇÃO, em Luanda
- BIBLIOTECA MÓVEL, de Luanda
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE BENGUELA
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DO LOBITO
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE LUANDA
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DO LUSO
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE MALANGE
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE MOÇÂMEDES
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NOVA LISBOA
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SILVA PORTO
- BIBLIOTECA NACIONAL DE ANGOLA, (anexa ao Museu de Angola)
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO LICEU NACIONAL DE DIOGO CÃO, em Sá da Bandeira
- BIBLIOTECA PÚBLICA CATÓLICA, de Sá da Bandeira
- BIBLIOTECA DA CÂMARA MUNICIPAL, de Sá da Bandeira
- BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE ANGOLA, em Luanda
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ANGOLA, em Luanda
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO MÉDICAS, DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO MÉDICA DE ANGOLA, em Nova Lisboa
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO AGRONÓMICA DE ANGOLA, em Nova Lisboa.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DO LABORATÓRIO DE ENGENHARIA DE ANGOLA, em Luanda
- LICEU DE BENGUELA
- LICEU FEMININO DONA GUIOMAR DE LENCASTRE, em Luanda
- LICEU NACIONAL DIOGO CÃO, em Sá da Bandeira
- LICEU NACIONAL SALVADOR CORREIA, de Luanda
- LICEU DE NOVA LISBOA
- BIBLIOTECA DO SEMINÁRIO DE LUANDA
- BIBLIOTECA DA SOCIEDADE CULTURAL DE ANGOLA
- BIBLIOTECA DA SUB-DELEGAÇÃO DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA.

Além de outras instituições onde existem certos núcleos bíbliacos de maior ou menor importância como:

- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, em Luanda
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE BENGUELA
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO BIÉ, em Silva Porto

- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA HUÍLA, em Sá da Bandeira
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO MOXICO, em Luso
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO HUAMBO
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA, no Lobito
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO PLANALTO DE MALANGE, em Malange
- ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DE ANGOLA, em Luanda
- ASSOCIAÇÃO DOS NATURAIS DE ANGOLA, em Luanda
- CENTRO DE INFORMAÇÃO E TURISMO, de Luanda
- DIRECÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE AGRICULTURA E FLORESTAS, em Luanda
- DIRECÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA GERAL, em Luanda
- DIRECÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE FAZENDA E CONTABILIDADE, em Luanda
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS CORREIOS, TELÉGRAFOS E TELEFONES, em Luanda
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES, em Luanda
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E HIGIENE, em Luanda
- ESCOLA AGROPECUÁRIA «DR. VIEIRA MACHADO», na Huíla
- ESCOLA COMERCIAL DE VICENTE FERREIRA, em Luanda
- ESCOLA INDUSTRIAL DE LUANDA
- ESCOLA DA PRAIA DO BISPO
- ESTAÇÃO DE MELHORAMENTOS DE PLANTAS, de Nova Lisboa
- GOVERNO GERAL DE ANGOLA, em Luanda
- HOSPITAL D. MARIA PIA, em Luanda
- IMPRENSA NACIONAL DE ANGOLA, em Luanda
- JUNTA DO COMÉRCIO EXTERNO, de Luanda
- JUNTA DE EXPORTAÇÃO DO CAFÉ, de Luanda
- LABORATÓRIO CENTRAL DE PATOLOGIA VETERINÁRIA, em Nova Lisboa
- LABORATÓRIO DE SANIDADE VEGETAL, em Nova Lisboa
- LIGA NACIONAL AFRICANA
- MUSEU DE ANGOLA, em Luanda
- MUSEU DO DUNDO, em Luanda
- OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO E MAGNÉTICO «JOÃO CAPELO», em Luanda
- REPARTIÇÃO CENTRAL DOS SERVIÇOS DE GEOLOGIA E MINAS, de Luanda
- SERVIÇO METEOROLÓGICO DE ANGOLA, em Luanda
- SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO, de Luanda
- SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO, do Lobito
- SINDICATO NACIONAL DOS MOTORISTAS FERROVIÁRIOS E METALÚRGICOS DA PROVÍNCIA DE ANGOLA, em Luanda
- TRIBUNAL JUDICIAL DE NOVA LISBOA.

EM MOÇAMBIQUE:

- ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE (junto da Biblioteca Nacional de Moçambique) em Lourenço Marques
- BIBLIOTECA DA ASSEMBLEIA DO CHINDE
- BIBLIOTECA JURÍDICA, em Quelimane
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DA BEIRA, na cidade da Beira

- BIBLIOTECA MUNICIPAL DO CINDE
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE LOURENÇO MARQUES
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NAMPULA
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PORTO AMÉLIA
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE QUELIMANE
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE TETE
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA JOÃO BELO
- BIBLIOTECA DO CENTRO ASSOCIATIVO DOS NEGROS DE MOÇAMBIQUE, em Lourenço Marques
- BIBLIOTECA DO CENTRO DE CULTURA E ARTE, da Beira
- BIBLIOTECA DO CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS «SARMENTO RODRIGUES», nos Estudos Gerais Universitários de Moçambique
- BIBLIOTECA DO CENTRO DE CULTURA MUSICAL, de Lourenço Marques
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE, em Lourenço Marques
- BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO MÉDICA DE MOÇAMBIQUE, em Lourenço Marques
- BIBLIOTECA DA SOCIEDADE DE ESTUDOS DE MOÇAMBIQUE, de Lourenço Marques.

E também outras instituições com bibliotecas de certa monta, como:

- ASSOCIAÇÃO AFRICANA DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE, em Lourenço Marques
- ASSOCIAÇÃO DOS VELHOS COLONOS, de Lourenço Marques
- CENTRO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA ALGODOEIRA, de Lourenço Marques
- CINE CLUB DE LOURENÇO MARQUES
- CLUB FERROVIÁRIO, de Lourenço Marques
- COMISSÃO DOS MONUMENTOS E RELÍQUIAS HISTÓRICAS DE MOÇAMBIQUE, em Lourenço Marques
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE AGRIMENSURA, de Lourenço Marques
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE AGRICULTURA E FLORESTAIS, de Lourenço Marques
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS CORREIOS, TELÉGRAFOS E TELEFONES, de Lourenço Marques
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA GERAL, de Lourenço Marques
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE GEOLOGIA E MINAS, de Lourenço Marques
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS NEGÓCIOS INDÍGENAS, de Lourenço Marques
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E HIGIENE, de Lourenço Marques
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE VETERINÁRIA, de Lourenço Marques
- ESCOLA COMERCIAL, de Lourenço Marques
- ESCOLA INDUSTRIAL, de Lourenço Marques
- ESTAÇÃO ZOOTÉCNICA CENTRAL, de Moçambique
- HOSPITAL CENTRAL MIGUEL BOMBARDA, de Lourenço Marques
- JUNTA DO COMÉRCIO EXTERNO, em Lourenço Marques
- LABORATÓRIOS DE ENSAIO DE MATERIAIS E MECÂNICA DOS SOLOS, de Lourenço Marques
- LABORATÓRIO CENTRAL DE PATOLOGIA VETERINÁRIA, de Lourenço Marques
- LICEU ANTÓNIO ENES, de Lourenço Marques
- LICEU PERO DE ANAIA, da Beira

- LICEU SALAZAR, de Lourenço Marques
- MISSÃO DE COMBATE AS TRIPANOSSOMÍASES, de Lourenço Marques
- MISSÃO DE FOTOGRAMETRIA AÉREA DE MOÇAMBIQUE, em Lourenço Marques
- MUSEU DR. ÁLVARO DE CASTRO, de Lourenço Marques
- SERVIÇO METEOROLÓGICO DE MOÇAMBIQUE, em Lourenço Marques
- SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA, de Lourenço Marques.

EM CABO VERDE:

- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE S. VICENTE, no Mindelo (Ilha de S. Vicente)
- BIBLIOTECA PÚBLICA, de Santiago, na Praia (Ilha de Santiago)
- CENTRO DE ESTUDOS DE CABO VERDE, na cidade da Praia
- BIBLIOTECA DO LICEU GIL VICENTE, no Mindelo (Ilha de S. Vicente).

E ainda outros centros com pequenas bibliotecas ou arquivos, como:

- CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA, na cidade da Praia (Ilha de Santiago)
- ESCOLA AGRO-PECUÁRIA DE S. JORGE DOS ÓRGÃOS, na Ilha de Santiago
- ESCOLA INDUSTRIAL E COMERCIAL, no Mindelo (Ilha de S. Vicente)
- IMPRENSA NACIONAL, na Praia (Ilha de Santiago)
- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE AGRICULTURA, FLORESTAIS E PECUÁRIOS, na Praia (Ilha de Santiago)
- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DOS CORREIOS, TELÉGRAFOS E TELEFONES, na Praia (Ilha de Santiago)
- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE FAZENDA E CONTABILIDADE, na Praia (Ilha de Santiago)
- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS, AGRIMENSURA, E CADASTRO, na Praia (Ilha de Santiago)
- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, na Praia (Ilha de Santiago)
- SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA DA PROVÍNCIA DE CABO VERDE, na Praia (Ilha de Santiago)

NA GUINÉ:

- BIBLIOTECA DO CENTRO DE ESTUDOS DA GUINÉ PORTUGUESA, em Bissau
- ESCOLA COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BISSAU
- LICEU HONÓRIO BARRETO, de Bissau
- BIBLIOTECA DO MUSEU DA GUINÉ PORTUGUESA, de Bissau.

E noutros centros, como:

- CÂMARA MUNICIPAL DE BISSAU
- HOSPITAL CENTRAL DE BISSAU
- IMPRENSA NACIONAL, em Bolama
- MISSÃO DE ESTUDO E COMBATE À DOENÇA DO SONO, de Bissau
- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA, de Bissau
- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE AGRIMENSURA, em Bissau
- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE FAZENDA E CONTABILIDADE, de Bissau

- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DOS CORREIOS, TELÉGRAFOS E TELEFONES, de Bissau
- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS, PORTOS E TRANSPORTES, de Bissau
- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E HIGIENE, em Bissau
- SECÇÃO DE GEOLOGIA E MINAS DA GUINÉ, em Bissau
- SECÇÃO TÉCNICA DE ESTATÍSTICA, de Bissau

EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE:

- BIBLIOTECA DA MISSÃO CATÓLICA, de S. Tomé e Príncipe
- BIBLIOTECA DO HOSPITAL CENTRAL DR. OLIVEIRA SALAZAR, de S. Tomé
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DR. HENRIQUE DA SILVA, na Câmara Municipal de S. Tomé
- BIBLIOTECA DO SERVIÇO METEOROLÓGICO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE, em S. Tomé.

E ainda outros locais com material de estudo, como:

- IMPRENSA NACIONAL, em S. Tomé e Príncipe
- MUSEU DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE
- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS CORREIOS, TELÉGRAFOS E TELEFONES, de S. Tomé
- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE ECONOMIA, de S. Tomé
- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE FAZENDA E CONTABILIDADE, de S. Tomé
- REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E HIGIENE, de S. Tomé
- REPARTIÇÃO TÉCNICA DE OBRAS PÚBLICAS, de S. Tomé.
- SECÇÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA, PROPAGANDA E INFORMAÇÃO, de S. Tomé
- SERVIÇO METEOROLÓGICO, de S. Tomé.

E como estamos só a falar da África e em especial da África Portuguesa, nada diremos acerca de Macau e de Timor.

Porém é necessário não esquecer que o que já temos não chega ainda. Há que melhorar, que aperfeiçoar, que ajudar. Há que enviar mais vezes mais técnicos bibliotecários às Províncias Ultramarinas portuguesas. Criar, ali também, escolas elementares de biblioteconomia e de arquivística; chamar a atenção para o interesse e valor que representa qualquer biblioteca e arquivo numa região: o seu papel de *instrutora*, de *mestra*, de *desbravadora do espírito*, de *potência activa e valiosa* quando utilizada em plena e funcional actualidade, digamos assim em linguagem semi-metafórica. Há que ter técnicos em número suficiente para levarem o seu saber às Províncias Ultramarinas Portuguesas.

Lado a lado com países novos em via de transformação social e económica evidente, presenciando o crescente interesse pelo saber e pela cultura incrementados pela protecção e incentivo prestados por outros países europeus como a França, a Inglaterra, a Suécia e os Estados Unidos da América, etc., a esses países africanos, Portugal não pode nem deve alhear-se e abster-se de também incrementar e incentivar a elevação do nível intelectual de todos os portugueses continentais e ultramarinos. Mais do que a muitos Estados dos Cinco Continentes,

cabe-nos a obrigação de continuar a levar por mares e terras a civilização ocidental multiseular do Portugal de sempre.

Há que abrir mais centros de estudo no Ultramar Português, levar mesmo (por exemplo pelo sistema ambulante) a leitura a todas as classes e a todos os locais, os mais recônditos, e depois a *colheita dos frutos estará à vista* derivada deste tratamento intensivo e extensivo.

E agora chega-nos a vez de pugnar pelo interesse da nossa classe de técnicos bibliotecário-arquivísticos.

É que o facto de sermos capazes e estarmos aptos a ensinar o que aprendemos, dentro de níveis que poderão ir do mais elementar ao superior (como é por exemplo o caso que me toca, pois ensino há treze anos a dezenas de funcionários eventuais, que têm aparecido na Biblioteca da Ajuda para suprir a falta de pessoal do quadro insuficiente — trabalho que não é nunca aproveitado como poderia ser pelo Estado, pois a circunstância de não haver compensação de garantia de persistência permanente desses eventuais, e de não se lhes contar tempo de serviço para um futuro remunerado, nem de se lhes atribuir férias graciosas, etc. etc., leva-os a sair no momento mais crítico, ao fim de meses ou até anos de treino e quando estão um pouco preparados) — dizia eu que este facto que sucede *adentro da minha porta* e sucede igualmente a outras muitas bibliotecas e arquivos portugueses que permanecem sempre tendo diante de si o espectro de falta de pessoal adestrado para os serviços mais instantes, no momento mais agudo, esta circunstância *da falta de pessoal suficiente nos quadros* das variadas bibliotecas e arquivos portugueses, não pode ser resolvida só com o aumento, por decerto, do número de funcionários dos variados quadros, porque todos sabemos que *não há técnicos* formados em número suficiente não só para os actuais reduzidos quadros das bibliotecas e arquivos continentais (e todos sabemos porquê...) quanto mais para quadros ampliados que satisfizessem às necessidades reais não só de Portugal continental como do Ultramarino. Este problema biblioteconómico português importantíssimo, da carência de técnicos bibliotecário-arquivísticos de curso universitário, de curso superior, com direito à docência da sua especialização, poderia — a meu ver — ter solução rápida, *de emergência quase*, diríamos, se reconsiderássemos o que se está a fazer actualmente para essas bibliotecas dos novos países africanos de que vos tenho vindo a falar.

Levou-me este arrazoado — a que não pude ou não soube fugir — a dizer que se a cada um de nós, *técnicos bibliotecário-arquivísticos* (porque o somos de verdade), fosse incumbida a tarefa de abrir aula pública de biblioteconomia, não só nas bibliotecas onde estamos já, mas por essas terras da província que mais as necessitassem (*e refiro-me não só ao Continente como ao Ultramar*) de escolas, repito, elementares ou secundárias destas matérias, consoante as necessidades locais (porque o grau de *licenciado* que temos de antes do Curso de Bibliotecário-arquivista já nos confere o direito à docência) ficando para a Universidade o Curso Superior do *Bibliotecário-universitário*, lucraria o País, lucrariam os povos das Províncias Ultramarinas Portuguesas, lucraria o nível cultural e científico da nossa Pátria, lucraríamos nós mesmos os Bibliotecários e Arquivistas, pois assim seríamos nós (os diplomados pelo Curso Supe-

rior de Bibliotecário-Arquivista) aqueles a quem só deve pertencer o título deste nome: Bibliotecário-Arquivista Superior; e os outros (aqueles que frequentassem os outros cursos elementares ou médios de biblioteconómica ministrados por nós) designar-se-iam por *auxiliares* ou *ajudantes* de bibliotecários ou de arquivistas, e a estes nunca lhes seria permitido ensinar oficialmente tais matérias. E assim conseguiríamos suprir muitas falhas e faltas de ajudantes de bibliotecários e de arquivistas no Continente e no Ultramar, criada que fosse a maneira de os fixar e manter nas bibliotecas e arquivos que os admitissem uma vez.

Foram estas as sugestões que se me derivaram do conhecimento do movimento pró-bibliotecário da Unesco em terras de África.

São estas as considerações que desejei apresentar à meditação dos meus muito prezados Colegas e Amigos.

Lisboa, 28-VI-1967

MARIANA AMÉLIA MACHADO SANTOS